

## **As transformações no texto jornalístico em meados do séc. XX em perspectiva interdisciplinar<sup>1</sup>**

SOUZA, Flávia Clemente de (Doutora)<sup>2</sup>

Universidade Federal Fluminense/RJ

### **Resumo**

Em 1950, a chegada da modernização dos jornais impressos – que deixaram de lado o romantismo e o amadorismo para se tornarem empresas lucrativas – levou à criação de uma nova forma de fazer jornalístico. Um dos principais elementos desta transformação foi a imposição de uma nova técnica para redigir os textos informativos, os quais passam a obedecer a regras e métodos estabelecidos por manuais de redação e estilo.

Esse momento de transição entre o antigo e o novo se deu pela língua escrita, que se tornou, em consequência, um dos principais elementos de transformação dos veículos. A partir da análise das construções linguísticas presentes nas páginas dos jornais, antes e depois do período de sua reestruturação, torna-se possível verificar o papel que a mudança no texto jornalístico exerceu nesse momento da história da imprensa brasileira.

**Palavras-chave:** jornais impressos; metodologia estatística; Linguística; Modelos Baseados no Uso.

### **Introdução**

Em meados do século passado, o jornalismo brasileiro viveu um momento de mudanças, a partir da nova concepção administrativa, editorial e gráfica implantada nas redações. Conforme relata o historiador Werneck Sodré (1977), o desenvolvimento da imprensa no Brasil – que transformaria os jornais em empresas lucrativas – resultava do crescimento econômico do país, mas também seguia uma tendência mundial:

Há, no entanto, algo de universal, que pode aparecer mesmo em áreas diferentes daquelas em que surge por força de condições originais: técnicas de imprensa, por exemplo, no que diz respeito à forma de divulgar, ligadas à apresentação da notícia.

(SODRÉ, 1977:452)

---

1 Trabalho apresentado no GT de Historiografia da Mídia, integrante do VI Encontro Regional Sudeste de História da Mídia – Alcar Sudeste, 2016.

2 Possui graduação em Jornalismo pela Universidade Federal Fluminense (1993), mestrado em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (2002) e doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2015). É professora adjunta na Universidade Federal Fluminense. E-mail: [flaviaclemente@id.uff.br](mailto:flaviaclemente@id.uff.br).

Este momento de transição do jornalismo é descrito e analisado com profundidade por autores dedicados a estudar a história da imprensa brasileira, tais como Werneck Sodré, Juarez Bahia, José Marques de Melo e Alzira Alves de Abreu, entre outros. Também é relatado em narrativas dos que viveram aquele momento, como o fez, por exemplo, Samuel Wainer, em *Minha Razão de Viver* (1988), obra na qual o jornalista reúne o percurso do seu jornal – *Última Hora* – à sua autobiografia.

Este artigo pretende demonstrar como esse momento histórico do jornalismo no Brasil, fartamente documentado, representa uma oportunidade para, em perspectiva interdisciplinar, demonstrar de que forma a língua serviu como um elemento de transformação, com papel central nos processos de construção do novo discurso jornalístico.

A relevância teórica para o campo da Comunicação deste tipo de estudo é demonstrar as vantagens que a testagem de metodologias interdisciplinares – no caso a reunião entre os campos da Comunicação, da Linguística e da História – podem proporcionar para verificar como se deram determinadas transformações em objetos de estudo, tais como jornais impressos, rádio ou tevê, tendo como costura a cronologia dos dados.

Nesta pesquisa especificamente, a escolha pela vertente teórica dos Modelos Baseados no Uso, relativamente recente no campo da Linguística e não muito usualmente aplicada nos estudos de Comunicação no Brasil, se deu naturalmente, a partir da opção por um método estatístico com o qual fosse possível analisar uma base de dados numericamente expressiva, que pudesse ratificar de forma assertiva hipóteses elaboradas no início da pesquisa.

### **A importância do texto jornalístico no cenário das mudanças**

As transformações sofridas pelo jornalismo na metade do século XX são tidas pelos estudiosos como uma ‘revolução’ – termo usado com conotação positiva –, tendo sido importada dos EUA e de alguns países da Europa nos quais a imprensa se encontrava mais desenvolvida. Como carro-chefe do processo de mudança, conforme destaca Sodré (1977), houve a importação do lide, formato de texto que, na época, já estava em uso nos Estados Unidos desde o início do século.

A partir de sua chegada e adaptação ao português e à cultura do jornalismo brasileiro – com destaque para a inovação nacional de adotar-se um sublide –, os redatores passaram a elencar, já no primeiro parágrafo, as informações mais importantes do assunto tratado.

A escolha das informações a serem reportadas nos jornais não se deu mais de forma subjetiva ou aleatória. Não se tratava de o redator escolher quais são os fatos que ele quisesse destacar, para então descrevê-los, mas sim responder às seis perguntas básicas: O que? Quem? Quando? Como? Onde? E Por quê? Com esta nova técnica, os jornais da época subverteram tanto a cronologia quanto a narrativa linear dos acontecimentos.

Lage (2005:73) explica que a origem do lide não está relacionada à tradição literária, mas ao uso oral, isto é, à maneira como, numa conversação, alguém relata algo a que assistiu. Sua natureza é pragmática e liga-se à intenção de comunicar. Werneck Sodré (1977:453) pontua o momento em que a transformação ocorreu:

É possível apontar, como esforço pioneiro de reforma na técnica de apresentação de notícias, entre nós, o que foi realizado no **DIÁRIO CARIOCA**, em 1951, quando da fase iniciada na nova sede (...). Ao lead norte-americano, Luís Paulistano acrescentou o brasileiríssimo sublead. Em 1956, o **JORNAL DO BRASIL** iniciou reforma também ampla, ajudada pela sólida estrutura empresarial deste diário, condição que o **DIÁRIO CARIOCA** não dispunha. Com um grupo de excelentes profissionais, entre os quais se destacavam Reinaldo Jardim e Ferreira Gullar, Jânio de Freitas revolucionou o jornal, dando apresentação inteiramente nova à matéria, em tarefa que só se completou em 1959.

(SODRÉ, 1977:453)

Além da adoção do lide, o texto como um todo passou a se basear no modelo também norte-americano traduzido em português pela expressão “pirâmide invertida”, o qual ordenava por importância as informações do conteúdo. Assim, caso fosse necessário cortar linhas para que a notícia coubesse no espaço destinado na folha de papel, ela não precisaria ser reescrita. Em casos urgentes, não necessitaria nem mesmo ser relida, bastando suprimir os últimos parágrafos. Ao cortar de baixo para cima, o diagramador ou editor teriam a certeza de que as informações mais importantes foram preservadas, devido à construção em formato hierárquico. Isso garantia mais agilidade no processo de confecção do jornal diário. Até os dias de hoje, dá velocidade à edição, mesmo após o advento das novas tecnologias.

Houve, portanto, uma modificação profunda no modo como o jornalismo passou a ser feito. O relato direto dos fatos substituiu a subjetividade e a emoção nos textos. Na década de 1950, em consequência destas transformações, as opiniões começaram a se restringir a espaços específicos nas páginas dos jornais, demarcados graficamente para o leitor. Em pouco tempo – cerca de uma década –, o noticiário foi dominado por esta nova forma de escrever, voltada para uniformizar o texto, a qual facilitou aspectos da produção, mas também

legitimou o domínio discursivo do jornalismo como diferenciado de outros, tais como literários, oficiais, amadores, educacionais.

O ponto defendido aqui é que esta nova forma de escrever implantada nos jornais impressos do Brasil se deu de forma arbitrária, brusca e foi imposta autoritariamente no contexto mais amplo das reformas administrativas e editoriais (que englobam texto e imagem/aspecto visual), que ocorreram nos principais periódicos ao longo dos anos 1950.

A nova disposição visual – reforma gráfica dos jornais – deu mais fluência à leitura e organização à informação. As manchetes passaram a ter mais destaque, a partir do equilíbrio visual do restante dos elementos da página. Para acompanhar estas mudanças, as redações dos jornais também passaram a publicar chamadas redigidas com formato mais rígido, em termos de tamanho e de escolhas sintagmáticas, tais como evitavam adjetivos e outros constituintes que transmitissem mais subjetividade ou emoção. Ou seja, o texto foi encarcerado em uma prisão de colunas exatas e imagens e passou a obedecer à contagem de caracteres, encarcerado em uma prisão exigida pela nova forma de diagramação.

Para ilustrar as mudanças no estilo do texto, trouxemos como exemplos duas reportagens sobre incêndios na cidade de São Paulo. A escolha destes exemplos se deu porque se trata de fatos similares que os jornalistas precisam narrar. Ambos os incêndios praticamente destruíram as construções – endereços conhecidos – e não houve vítimas. Não são assuntos iguais no sentido da relevância dos fatos – a Estação da Luz é bem mais importante para a cidade de São Paulo do que o cinema – mas são assuntos sobre os quais os redatores possuem o mesmo inventário de itens lexicais para descrever.

Nosso foco é, portanto, demonstrar a diferença no tratamento dado às notícias com relação às suas descrições, antes e depois da reforma de 1950. Por isso, escolhemos comparar dois assuntos similares, do ponto de vista do seu conteúdo semântico.

No primeiro exemplo, publicado na **FOLHA DA NOITE**, no dia 6 de novembro de 1946, o título e o primeiro parágrafo da reportagem eram:

**Pavoroso incêndio destruiu a Estação da Luz**

Jamais, nestes últimos dez anos, os bombeiros tiveram que lutar contra chamas tão violentas como as que se ergueram na madrugada de hoje, por ocasião do incêndio que destruiu quase que completamente o edifício da Estação da Luz. Chamados com urgência ao local e atendendo sem demora ao chamado, os bombeiros, durante várias horas, sustentaram uma luta contra o fogo, prejudicada pela falta de água e pelo deficiente aparelhamento de que dispunham, embora há muito tempo venha sendo prometida a

reestruturação material que se faz tão necessária. Essa necessidade, o incêndio ocorrido na Estação da Luz pôs em evidência na madrugada de hoje, quando se viu os esforços dos destemidos bombeiros que empenhando seu melhor procuraram superar a deficiência de recursos. Em quinze minutos, o velho edifício que até ontem era o que se destacava entre as outras "gares" de São Paulo transformou-se num brazeiro [*sic*] imenso. E travou-se uma luta que serviu para demonstrar a fibra desses homens corajosos, cuja bravura muita gente desconhece.

(**FOLHA DA NOITE**, 6 de novembro de 1946)

No segundo exemplo, publicado na **FOLHA DE S. PAULO**, em 28 de outubro de 1990, o título e o primeiro parágrafo da reportagem eram:

**Incêndio destrói 2 cinemas no centro de SP**

Um incêndio de causas ainda desconhecidas destruiu ontem os cines Coral 1 e 2, no nº. 381 da rua Sete de Abril (região central de SP). O fogo começou por volta das 14h, quando cerca de cem pessoas, segundo o porteiro Vicente Santos Lopes, 60, assistiam filmes pornográficos nas duas salas. Não houve vítimas. Por volta das 16h, o fogo já estava controlado. Sete carros do Corpo de Bombeiros trabalharam para apagar o incêndio.

(**FOLHA DE S. PAULO**, 28 de outubro de 1990)

Ao compararmos os dois exemplos, podemos perceber de imediato que o texto de 1990 é mais sintético, com menos de metade do tamanho do texto de 1946. Mesmo assim, este parágrafo mais curto contém todas as informações necessárias à redação do lide. Em 1946, o texto é mais prolixo. Não responde de imediato a todas as perguntas, as respostas se encontram espalhadas pela reportagem. Não se sabe, por exemplo, a causa do incêndio. Em compensação, o redator usa diversos adjetivos para dar destaque à falta de aparelhamento e à coragem dos bombeiros, enquanto nos anos 1990, os adjetivos são escassos.

Essa diferença com relação ao uso de adjetivos também transparece em demais constituintes que denotam subjetividade e emoção, tais como advérbios e sinais gráficos. São elementos pelos quais os leitores interpretam a subjetividade dos narradores: o texto da **FOLHA DA NOITE** informa que o incêndio foi "pavoroso", que as chamas eram "violentas" e que os bombeiros atenderam "sem demora".

Ainda comparando os dois textos, é possível notar a redução da complexidade estrutural das construções linguísticas. No primeiro exemplo, há advérbios deslocados, inversões e orações encaixadas, com conectivos rebuscados, como "cuja". No lide do jornal **FOLHA DE S. PAULO**, de 1990, a busca pela forma mais direta torna o texto quase telegráfico.

É possível fazer essa análise utilizando apenas a intuição linguística e tendo como base a descrição da história do jornalismo impresso, demarcando esses exemplos como um “antes e depois” da reforma editorial implantada na década de 1950. Por outro lado, este nosso ponto de vista pode ser contraposto ao fato de os jornais precisarem sempre modernizar sua linguagem de acordo com o que seu público quer ler. Essas diferenças poderiam refletir somente uma transformação de estilo ou uma mudança linguística, coerente com o passar dos anos e a chegada das novas gerações de leitores?

Para buscar este tipo de confirmação, o método quantitativo baseado na frequência – proposto pelos Modelos Baseados no Uso – fornece um aparato mais assertivo para essas conclusões. Acredito que a resposta mais consistente para a questão acima resulta da verificação sobre a forma como o jornalismo se modificou ao longo do século XX: se gradualmente, do mesmo modo como ocorrem mudanças linguísticas; ou de forma brusca, como se dão as modificações impostas por normas.

É fato que o jornalismo tem no uso da língua um importante elemento para diferenciar seu domínio discursivo. Por isso, na década de 1950, a construção do texto passou a ser subordinada a regras, por mais que pareça que não estão sendo seguidas à risca, se encontram sempre subjacentes à produção textual dos jornalistas. As restrições são muito específicas e ditadas por manuais de redação entregues a cada profissional em seu primeiro dia de trabalho, criando um texto comum a todos, não há mais autoria individual, a não ser em gêneros específicos editoriais.

Restrições como as que se observam pelo trecho a seguir, retirado do Manual de Redação do jornal **FOLHA DE S. PAULO**, de 1996<sup>3</sup>, o qual está em vigor até hoje:

O texto da Folha deve ser claro e direto. Deve desenvolver-se por meio de encadeamentos lógicos. Deve ser exato e conciso. Deve estar redigido em nível intermediário, ou seja, utilizar-se das formas mais simples admitidas pela norma culta da língua. Convém que os parágrafos e frases sejam curtos e que cada frase contenha uma só idéia [*sic*]. Verbos e substantivos fortalecem o texto jornalístico, mas adjetivos e advérbios, sobretudo se usados com frequência, tendem a piorá-lo.

(Manual de Redação da **FOLHA DE S. PAULO**, 1996)

---

<sup>3</sup> Disponível em: [http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual\\_redacao.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_redacao.htm), acesso em 24/6/2014.

### **Visão do estudo interdisciplinar**

Para os jornalistas e comunicólogos em geral este momento recortado da história funciona como algo 'já dado'. No entanto, quando a mudança no texto dos jornais é vista sob o prisma da Linguística, o mesmo não ocorre. De imediato surge o questionamento sobre se as mudanças no texto dos jornais foram de fato abruptas – caracterizando sua imposição a partir de fatores externos – ou se foram graduais – fazendo parte da natural evolução das línguas.

A partir desse questionamento é que nasce a proposta metodológica apresentada aqui, baseada na frequência de uso em diacronia das construções linguísticas, compreendendo a língua como *locus* de transformação. A vertente construcional – que encara os textos como estruturas composicionais que podem sofrer modificações ao longo do tempo – se mostra adequada às manchetes dos jornais que compõem o *corpus* desta pesquisa, porque possibilita interpretar estas construções de forma esquemática e ir além da análise somente do conteúdo semântico-pragmático.

Além disso, a escolha *a priori* foi pelo método estatístico, em consequência da necessidade de observar o papel da frequência e dos resultados quantitativos. De acordo com Lakatos e Marconi (2000:93), “os processos estatísticos permitem obter, de conjuntos complexos, representações simples e constatar se essas verificações simplificadas têm relação entre si”. Uma análise estatística permite uma descrição quantitativa do fenômeno em estudo de forma racional. Mas, ainda de acordo com os autores, além de um meio de quantificar, é também “um método de experimentação e prova, pois é método de análise”.

O método quantitativo inclui a coleta de dados – em quantidade suficiente para que se mostrem relevantes em termos linguísticos – e o tratamento deles por meio de estatísticas, comparações e interpretação dos resultados numéricos. No entanto, os números não dão conta de todos os dados analisados. De acordo com Lakatos e Marconi (2000:87), “a mudança das coisas não pode ser indefinidamente quantitativa: transformando-se, em determinado momento sofrem mudança qualitativa. A quantidade se transforma em qualidade”.

Para realizar a pesquisa, a coleta dos dados incluiu todos os títulos publicados em cada edição selecionada para análise. Os jornais escolhidos foram **O GLOBO** e **JORNAL DO BRASIL**, mapeados por décadas, de 1930 a 1980, época em que ambos estavam entre os principais veículos, no cenário do jornalismo impresso nacional. A base de dados incluiu uma edição completa de cada jornal por década, da qual foram extraídos todos os títulos da capa e do miolo (páginas internas). Para evitar que a sazonalidade (épocas de fim de ano, Carnaval,

feriados etc.) ou eventos extraordinários (Copa do Mundo, Eleições, Olimpíadas) interferissem na análise dos dados coletados, as datas foram escolhidas variando o mês e o dia, de forma a ter todos os meses do ano e todos os dias da semana contemplados.

Optou-se por agrupar as datas em dois períodos de 30 anos e também observar década a década. Além de acentuar a relevância linguística dos resultados, essa divisão também se justifica por fatores extralinguísticos. O período de 1930 a 1959 pode ser considerado uma fase mais romântica no jornalismo nacional, pré-industrializada, na qual expressar a opinião dos autores era mais importante do que obter lucro. Muitos dos jornais não tinham nenhuma estrutura própria, eram feitos individualmente, algumas vezes por donos de gráficas, ou por profissionais que tiravam seu sustento de outras atividades, como o direito, a literatura ou a política. Em meados dos anos 1950, houve a reformulação que levou os jornais a se transformarem em empresas comerciais, que visavam principalmente ao lucro.

A demarcação em somente 60 anos também se justifica por fatores extralinguísticos. O **JB** surge bem antes de **O GLOBO**. Criado em 1891, já nasce diferenciado do restante dos jornais, por ser o primeiro veículo que pode ser considerado de fato uma empresa, profissional. Conforme destaca Sodré (1977), seu texto não é panfletário como o dos demais jornais da época e não reflete as opiniões de somente um autor. Também não é, por outro lado, somente um impresso de serviços. É possível considerar que ele funda, em 1891, o jornalismo brasileiro de caráter informativo dos dias de hoje. **O GLOBO** surge em 1925, já como empresa também, e se torna o seu principal concorrente. Por isso, nossa coleta de dados começa em 1930, quando os dois jornais já se encontram em funcionamento pleno.

O segundo momento relevante da história se dá quando, em meados do séc. XX, o **JB** passa por uma grande reforma editorial e gráfica, em meio aos processos de industrialização do jornalismo da época, importa o formato de texto chamado lide e cria, inovadoramente, o sublide. Depois, **O GLOBO** também terá sua reforma, mas o **JB** configura este momento histórico por sua postura visionária. Esse momento justifica nosso segundo recorte cronológico, demarcando o fim dos anos 50 e o começo dos anos 60.

E a opção por terminar a coleta na década de 1980 se dá porque, neste momento, vários fatores contextuais ocorrem e modificam novamente o fazer jornalístico dos dois jornais. O primeiro é que, em 1984, o jornal **FOLHA DE S. PAULO** cria o Projeto Folha, que modifica mais uma vez todo o cenário da imprensa brasileira da época, sendo seguido por reformas editoriais em todos os grandes jornais, inclusive o **JB**. O segundo é a chegada da

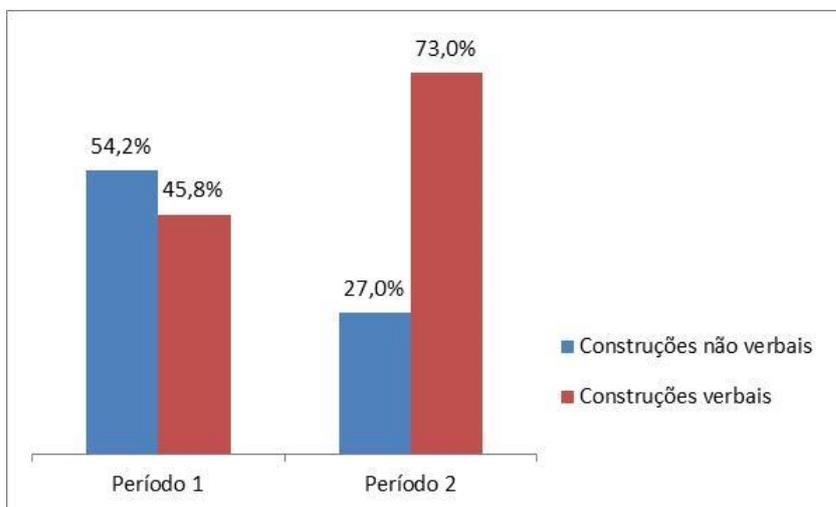
Internet comercial – em 1995 –, um paradigma para todos os meios de comunicação, que tiveram que reinventar suas formas de linguagem e interação com seus públicos, mas principalmente para os jornais impressos, que passaram a ter a concorrência do tempo real.

Todos esses dados contextuais nos dão elementos para não incorrer em interpretações sobre modificações que poderiam ser consideradas “bruscas” do ponto de vista linguístico, mas que, de fato, foram produzidas por fatores externos ao uso da língua e adotadas nas redações.

### **Análise do texto dos jornais sob o prisma das construções**

Os primeiros resultados analisados foram gerados a partir da base de dados completa (com 1.739 dados), comparando-se todos os tipos de construções sistematizadas, divididas em dois períodos de tempo: de 1930 a 1950 e de 1960 a 1980. Os resultados foram considerados relevantes quando a diferença percentual foi maior que 10 pontos.

*Gráfico 1: Uso das construções não verbais e verbais nas duas sincronias*



Quando visualizamos, no Gráfico 1, o crescimento das construções verbais no segundo período analisado, de 1960 a 1980, percebemos que o aumento no seu uso aponta para a efetiva implantação dos manuais de redação, que recomendam que as orações tenham verbo, de preferência de ação. As construções verbais apresentaram um aumento de 27,2 pontos percentuais em seu uso de um período para o outro. Já as construções não verbais apresentaram queda, também de 27,2 pontos percentuais, do primeiro período para o segundo.

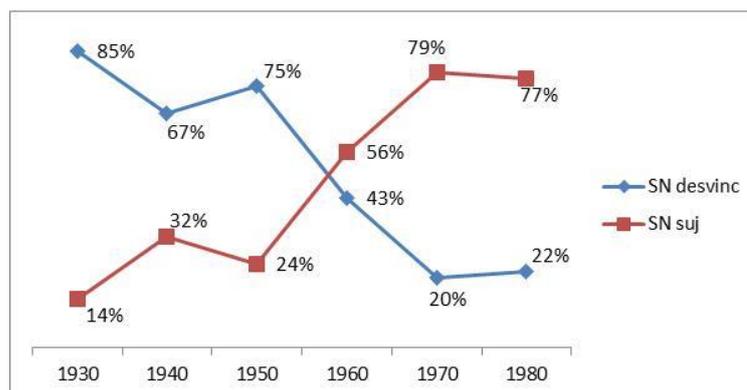
Ambas as diferenças foram as mais relevantes estatisticamente encontradas na análise.

No discurso narrativo, o uso do verbo tem importância para encadear eventos e marcar os papéis temáticos dos atores de cada fato reportado. Conforme Goldberg (2006:39), construções verbais que capturam generalizações na estrutura argumental têm papéis argumentais associados a elas. A autora traça um paralelo entre esses papéis e os papéis temáticos tradicionais de agente, paciente, instrumento, fonte, tema, local e afirma que se relacionam aos verbos, com enquadramentos mais específicos. Ela acredita que cada sentido distinto de determinado verbo é convencionalmente associado com uma rede de significados ricos que em parte especificam certos papéis participantes: o número e o tipo de *slots* que são associados com um sentido dado de um verbo. Assim, este resultado também aponta para a importância dos verbos e das construções determinadas por eles para delinear o novo domínio discursivo dos jornais, a partir dos anos 1960.

Ao observarmos a divisão por período de tempo, temos mais um resultado interessante: trata-se da inversão entre as construções que representavam a maioria dos dados nos jornais. Enquanto nos primeiros 30 anos, as construções não verbais somavam mais de metade das ocorrências (54,2%), depois da reforma, as construções verbais correspondem à maioria dos títulos (72,8%). Chama a atenção que não estamos comparando, aqui, os dois períodos, mas sim, comparando os tipos de construções dentro de cada período. Essa inversão é uma importante constatação em favor da hipótese de que o texto jornalístico se modificou bastante depois dos anos 1960.

Após esta primeira etapa, fizemos uma comparação somente entre as construções consideradas prototípicas na nossa análise. Estas foram divididas entre as denominadas orações canônicas, que seguem a ordem Sujeito-Verbo-Objeto [SV(O)], e orações nominais simples, que possuem somente um núcleo nominal. Os resultados obtidos foram:

*Gráfico 2: Construções prototípicas por década*



Ao isolarmos as duas categorias de análise prototípicas, percebemos que somente elas respondem por 62% dos dados completos (1.078 ocorrências). Este resultado mostra que a maior parte das construções usadas nos textos dos jornais pertence a estes dois grupos e endossa que haja um recorte baseado nelas. A diferença entre o uso dos dois tipos de construção nas sincronias é totalmente invertido, conforme visualizamos no gráfico 2: enquanto as construções não verbais (representadas pela sigla  $SN_{desvinc}$ , denominação para sintagma nominal desvinculado de verbo) apresentam queda de 77,5% em seu uso para 27%, as construções verbais canônicas (representadas pela sigla  $SN_{suj}$ , denominação para sintagma nominal na posição de sujeito) apresentam aumento de 22,5% para 72% em seu uso. Esse comportamento estatístico da base de dados ratifica a hipótese sobre a transformação do texto dos jornais ser aparentemente abrupta, em vez de gradual.

Com base nos dados, também se nota o aumento significativo do uso das construções verbais canônicas, que somavam somente 91 dados no primeiro período analisado, o que corresponde a 27,6% do total das construções verbais do primeiro período, contra 495 dados no segundo período analisado, que correspondem a 67,2% do total de construções verbais localizadas entre 1960 e 1980. Ou seja, a construção do tipo [SV(O)], que denominamos canônica, passa de quase pouco representativa para a mais utilizada. Esta é a maior diferença entre os períodos: um aumento de mais de 30 pontos percentuais. Esse dado parece apontar para a hipótese central, de que este tipo de construção passou a ser privilegiada a partir da implantação do novo fazer jornalístico nas redações em meados do século XX.

Com esta análise estatística, podemos resumir algumas observações importantes:

- a) há o predomínio de construções verbais (prototípicas e não-prototípicas);
- b) duas categorias de construções apresentam uso significativamente mais frequente, as construções não verbais simples e as construções verbais canônicas (ambas categorizadas como prototípicas);
- c) o dado mais relevante é o crescimento do uso de construções verbais canônicas após 1960.

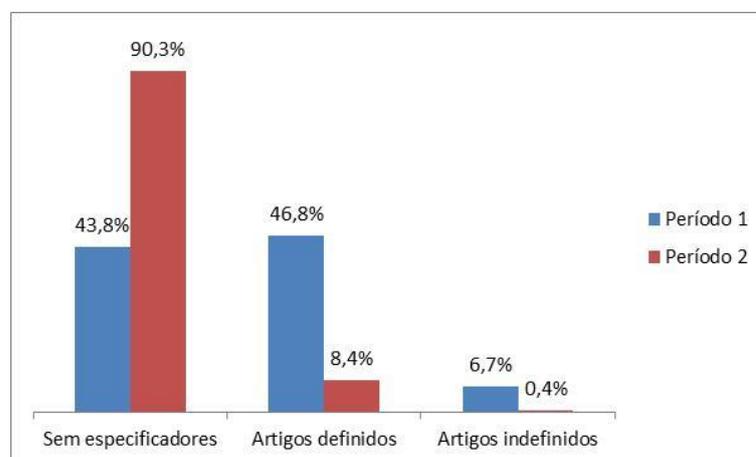
Além deste aspecto, também foram analisados os especificadores de cada sintagma nominal. Especificadores são artigos pronomes demonstrativos, pronomes possessivos e quantificadores que aparecem antes do núcleo do sintagma nominal, seja na posição de

sujeito, seja na posição de nome desvinculado de verbo. Mais uma vez, os resultados foram bastante relevantes. Na comparação entre a composição dos sujeitos, antes de 1960, havia o predomínio de sujeitos antecidos por artigos definidos. Houve 67,7% de ocorrências de sujeitos constituídos por núcleos precedidos por artigos definidos, contra apenas 23,3% de sujeitos constituídos por núcleos sem especificadores.

Com relação à ausência de especificador, mais importante ainda é o aumento registrado no segundo período. Foram 93,7% de núcleos sem especificadores, o que representa uma diferença de 70,4 pontos percentuais a mais do que no primeiro período. Esta é uma das variações mais dramáticas encontradas na nossa análise. Como consequência deste predomínio, todas as demais construções de sujeitos antecidos de especificadores se tornam irrelevantes estatisticamente após a reforma. Acreditamos que este seja um dado muito importante, pois mostra claramente a diferença na construção dos textos depois de 1960.

Para ampliar os resultados relativos ao uso dos especificadores, consolidamos tanto os sujeitos quanto as orações nominais. De imediato, percebe-se a diferença significativa no seu uso entre os dois períodos de tempo demarcados. Nas manchetes analisadas, foram encontradas 176 ocorrências de construções sem especificador antes de 1960, de um total de 401 (o que corresponde a 43,8%). No período seguinte, dos 677 dados, 612 não continham especificador (ou seja, 90,3%). Significa aumento de 46,5 pontos percentuais nas construções sem especificador, dado também muito relevante.

*Gráfico 3: Comparação consolidada do uso de Especificadores nas construções nos períodos 1 e 2*



## **Conclusões**

O que procuramos demonstrar com este artigo é a viabilidade de, por meio do exame empírico de dados publicados em jornais brasileiros, compreender de que forma o uso da língua se tornou uma estratégia central de transformação da imprensa. Significa dizer que, no momento inicial, foi pela língua que se operaram as mudanças concretas em todo um sistema, dos pontos de vista empresarial, administrativo e simbólico. Por outro lado, a continuidade do sistema fez com que o uso da língua também sofresse os efeitos dessa nova fase.

O recorte histórico da pesquisa apresentada aqui recaiu sobre um jornalismo feito “antes e depois”. O marco, previamente dado, foi o momento de transformação das redações, no decorrer dos anos 1950. A reforma, ruptura ou revolução, como se queira denominar, se encontra amplamente documentada, em literatura histórica e em biografias de jornalistas que foram protagonistas da evolução do jornalismo no século XX. Nossa contribuição pretendeu ir por um caminho pouco usual: fornecer uma comprovação, por meio da teoria e de métodos da Linguística, de que a língua foi estratégica nesse processo.

A análise das construções linguísticas fez com que a transformação construcional dos textos jornalísticos ficasse evidente, já que houve queda acentuada das construções não verbais e aumento dos sujeitos preenchidos nas construções verbais. O predomínio da construção verbal canônica, na segunda metade do período analisado – de 1960 a 1980 –, prova concretamente que o novo jornalismo estava, então, implantado.

Em alguns aspectos específicos, como com relação ao uso de especificadores, a redução significativa apontou para as características que o novo domínio discursivo do jornalismo preconizava, representando de que forma o uso da língua contribuiu para trazer para o jornalismo de então as prerrogativas da “modernidade” da época: a ilusão de objetividade e imparcialidade que dominam o discurso naquele momento.

As reformulações gráficas mais modernas e mais rígidas de fato interferiram na construção dos títulos. A modificação no uso da pontuação, o tamanho das construções restrito e a necessidade de adaptar o texto ao espaço fizeram com que as construções compostas modificassem suas estruturas, ao utilizarem menos constituintes e orações reduzidas, principalmente.

A queda das construções não verbais e o aumento das construções verbais canônicas também comprovaram a observação de que o papel dos verbos aumentou de importância no discurso jornalístico. Os verbos de ação, sugerido nos manuais, passaram a aparecer mais nas

páginas. Por consequência, também se modificaram seus argumentos (predicados).

Por meio dos resultados quantitativos apresentados, foi possível comprovar que, de fato, apesar de as modificações do fazer jornalístico terem sido motivadas por fatores externos à língua, a mudança em seu uso pelas redações dos jornais impressos ocorreu, e foi abrupta. Em consequência, podemos afirmar que a língua se mostra um dos principais elementos transformadores do fazer jornalístico. Fica claro que não seria possível implantar mudanças administrativas e comportamentais em busca de transformar as redações em grandes empresas se não houvesse uma mudança também na forma como o jornalismo interage com seu público-leitor. E essa interação se dá através da língua. É a peça-chave que faz o leitor comprar o jornal todos os dias. O crescimento das empresas jornalísticas a partir de então se deveu a essa mudança. O maior aporte de publicidade foi consequência dessa mudança.

Indo além, é possível afirmar que essa estratégia foi planejada. Não houve processo de convencimento dos jornalistas para que eles mudassem seus textos. O plano se deu impositivamente: a mudança era necessária, inovar era importante, foram criados manuais para ser seguidos. Trata-se de uma relação autoritária, quem se recusasse a seguir o novo modelo seria demitido. Esse aspecto é o que nos faz afirmar que a estratégia de usar a língua como um elemento de transformação foi arbitrária e executada a partir dos modelos estrangeiros, especialmente o norte-americano. Por isso, não ocorreu na velocidade das mudanças linguísticas naturais.

### **Referências Bibliográficas**

BRIGGS, Asa & BURKE, Peter, *Uma história social da mídia, de Gutenberg à Internet*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2004.

BYBEE, Joan, *Language, Usage And Cognition*, Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CUNHA, M.A. *et al.*, "Linguística Funcional Centrada no Uso: Conceitos Básicos e Categorias Analíticas" In CEZARIO, M.M. e CUNHA, M.A. (orgs.), *Linguística Centrada no Uso: Uma homenagem a Mário Martelotta*, Rio de Janeiro: Mauad X : FAPERJ, 2013

GOLDBERG, Adele. *Constructions at Work: The nature of generalization in language*. Oxford University Press, 2006.

LAGE, Nilson, *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*, 5ª ed., São Paulo: Record, 2005.

LAGE, Nilson, *Teoria e Técnica do Texto Jornalístico*, Rio de Janeiro: Elsevier, 2005b.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia Científica*, 3ª. Ed., São Paulo: Atlas, 2000.

LAKOFF, G, et JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 2003 [1980].

LAKOFF, George. *Women, Fire and Dangerous Things: what categories reveal about the Mind*. The University of Chicago Press, Chicago, 1985.

MANUAL DE REDAÇÃO DA FOLHA, 1996. Disponível em: [http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual\\_redacao.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_redacao.htm) (acesso em 12 de janeiro de 2014)

SODRÉ, Nelson Werneck, *História da Imprensa no Brasil*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1977.

TERROU, F. e ALBERT, P. *História da Imprensa*. São Paulo: Martins Fontes. 1990 (original em francês de 1970, tradução de Edison Darci Heldt)

TRAUGOTT e TROUSDALE, *Constructionalization and Constructional Changes*, Oxford Studies in Diachronic and Historical Linguistics, Oxford University Press, 2013.

WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.